

# Os Angolanos aprovam a resposta do governo à pandemia, mas dizem que a ajuda às famílias foi inadequada

**Afrobarometer Edição No. 595 | Tosin Salau e David Boio**

## Sumário

No dia 21 de março de 2020, Angola relatou o seu primeiro caso de COVID-19 e, desde então, registou 105.095 casos e 1.930 mortes devido ao vírus (Organização Mundial da Saúde, 2023).

Os esforços do governo para conter a pandemia incluíram as restrições à entrada em Angola de pessoas de países com altas taxas de infecção por COVID-19 e a declaração de estados de emergência, bem como situações de calamidade pública, com bloqueios parciais. As forças de segurança, encarregadas de aplicar as medidas restritivas e de bloqueio foram acusadas de vários abusos dos direitos humanos, incluindo assassinatos e prisões arbitrárias (Human Rights Watch, 2020). O caso de Silvio Dala, um jovem médico que morreu sob custódia da polícia após ser parado por não usar máscara em seu carro sozinho, gerou protestos generalizados contra a violência policial (Hossi & Anderson, 2020).

Para mitigar os impactos económicos da pandemia, o governo forneceu transferências de rendimentos, alimentos e produtos de saúde para algumas famílias e, também, capital e crédito para as empresas (UNCTAD, 2021). Mas os críticos reclamaram da partidarização e da falta de transparência na distribuição da assistência governamental (Amnistia Internacional, 2020).

Angola foi o primeiro país na África Oriental e na Austral a receber as vacinas contra a COVID-19 através da iniciativa COVAX (IOL, 2021) e iniciou uma campanha de vacinação no início de março de 2021. Em janeiro de 2023, mais de 15 milhões de angolanos (46% da população) receberam pelo menos uma dose da vacina COVID-19.

Os resultados da última pesquisa do Afrobarometer, no início de 2022, mostram que um quarto das famílias perdeu uma fonte primária de rendimento por causa da pandemia, mas apenas cerca de metade recebeu assistência de emergência do governo.

No geral, a maioria dos angolanos aprovou a forma como o governo lidou com a pandemia, mas muitos criticaram a prestação de ajuda de emergência e disseram que os recursos destinados à resposta a COVID-19 foram desviados pela corrupção. A maioria dos entrevistados disse que recebeu uma vacina contra a COVID-19 ou provavelmente o faria.

## Inquéritos do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 (2021/2022) estão em andamento. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovulongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos, entre 9 de fevereiro e 8 de março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

## Principais resultados

### ■ Efeitos da pandemia da COVID-19:

- De fevereiro a março de 2022, um quarto (25%) dos angolanos disse que um membro do seu agregado familiar tinha perdido um emprego, um negócio ou a principal fonte de rendimento devido à pandemia, e 7% disseram que um membro do agregado familiar tinha adoecido com COVID-19 ou testado positivo para o vírus.

### ■ Atitudes sobre as vacinas:

- Quase nove em cada 10 (86%) angolanos adultos disseram ter recebido pelo menos uma dose da vacina COVID-19. Apenas um em 20 (5%) disse que era improvável que tentasse ser vacinado.

### ■ A resposta do governo à COVID-19:

- No geral, quase dois terços (64%) dos angolanos disseram que o governo agiu “razoavelmente bem” ou “muito bem” na gestão da resposta à pandemia de COVID-19.
- Mas menos de metade ficou satisfeita com o desempenho do governo em garantir que as unidades de saúde tenham recursos adequados (48%), em minimizar as interrupções nas aulas das crianças (42%) e em fornecer assistência de emergência as famílias vulneráveis (37%).
- Apenas 12% dos entrevistados disseram que as suas famílias receberam a ajuda de emergência do governo. A maioria disse que a distribuição da ajuda de emergência foi feita de forma injusta (60%) e que “alguns” ou “muitos” dos recursos destinados à resposta a COVID-19 foram desviados pela corrupção (53%).
- Mais de metade (55%) dos cidadãos considerou justificado que o governo usasse a polícia ou o exército para fazer cumprir as medidas de saúde pública durante a pandemia. Mas a maioria rejeitou a censura à imprensa (57%) e o adiamento das eleições (75%) como respostas justificadas durante a emergência de saúde pública.

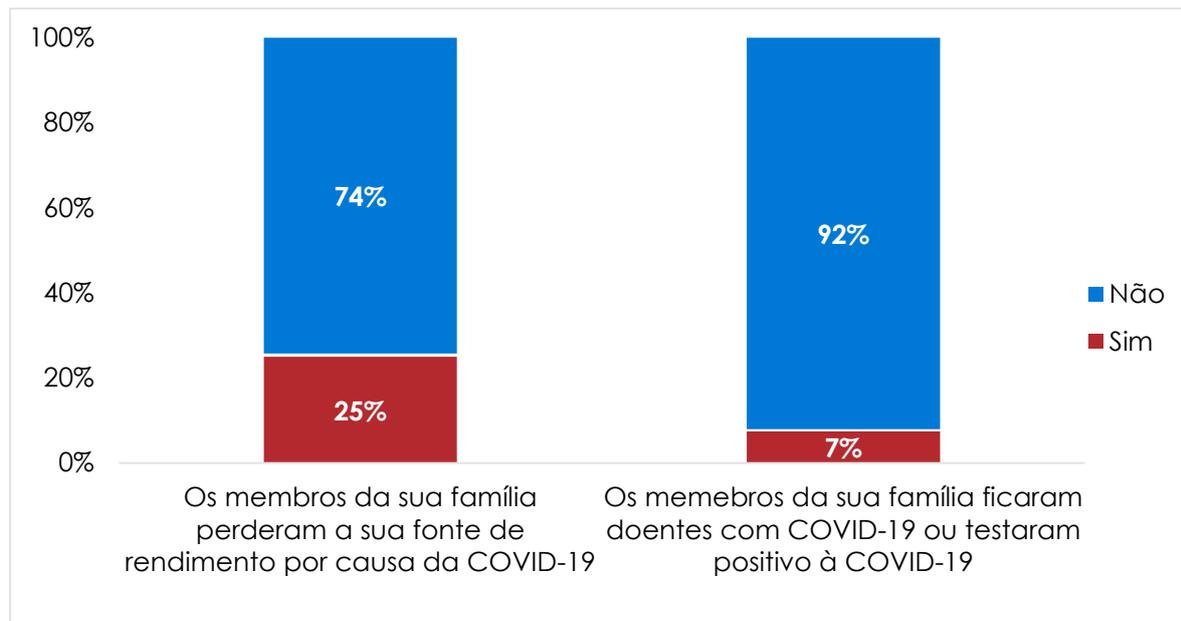
### ■ Lições para o futuro:

- Mais de quatro em cada 10 cidadãos (44%) disseram que o governo não está preparado para lidar com futuras emergências de saúde pública.
- Quase metade (49%) dos angolanos disse que o governo precisa de investir mais na preparação, mesmo que isso signifique menos recursos disponíveis para outros serviços de saúde.

## Efeitos da COVID-19

De fevereiro a março de 2022, 7% dos angolanos disseram que alguém em sua casa ficou doente com COVID-19 ou testou positivo para o vírus, e 25% disseram que um membro da sua família perdeu o emprego, o negócio ou a principal fonte de rendimento devido à pandemia (Figura 1).

**Figura 1: Efeitos da COVID-19 | Angola | 2022**



**Perguntas aos respondentes:** Diga-me, por favor, se você pessoalmente ou algum membro da sua família tem sido afectado das seguintes maneiras pela pandemia da COVID-19: Ficou doente com, ou testou positivo com COVID-19? Perdeu o emprego, o negócio ou a fonte primária de receitas de forma temporária ou permanente?

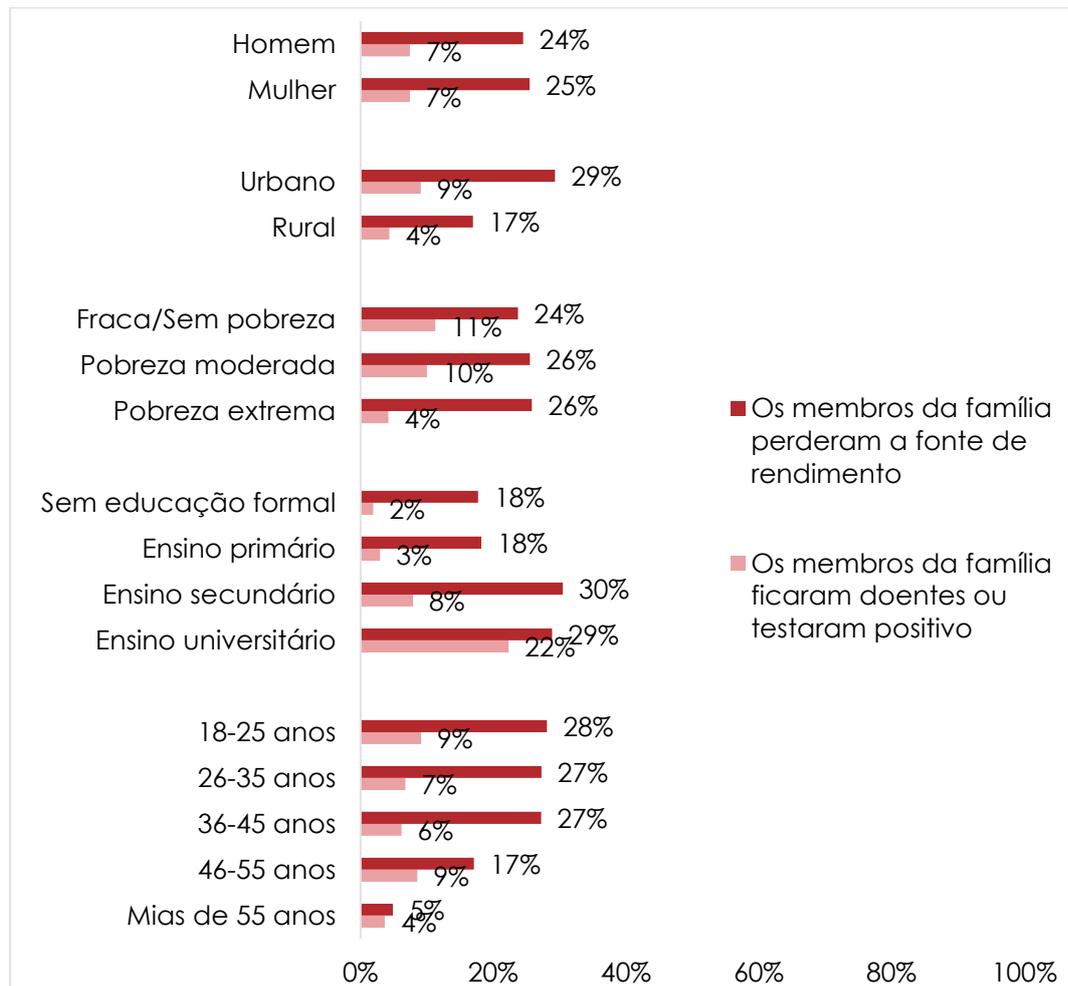
Os efeitos da COVID-19 parecem ter sido mais amplamente sentidos nas cidades do que nas áreas rurais. Os moradores urbanos eram, aproximadamente, duas vezes mais propensos do que os residentes rurais a afirmar que um membro da sua família havia perdido a fonte de rendimento (29% vs. 17%) ou adoeceu ou testou positivo para COVID-19 (9% vs. 4%) (Figura 2).

A frequência de perda de rendimento e infecção por COVID-19 aumentou acentuadamente com o nível de escolaridade dos entrevistados. Enquanto apenas 2% daqueles sem educação formal referiram a doença ou teste positivo para COVID-19, 11 vezes mais (22%) daqueles com qualificações pós-secundárias o fizeram. E 29% a 30% dos entrevistados com educação secundária ou universitária afirmaram a perda da principal fonte de rendimento, em comparação com 18% daqueles com ensino primário ou menos.

Os casos referidos de COVID-19 no domicílio também foram mais comuns entre aqueles que vivenciavam pobreza moderada, fraca ou nenhuma pobreza vivida (10%-11%) do que entre aqueles com pobreza extrema (4%).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> O Índice de Pobreza Vivida do Afrobarometer mede os níveis de privação material dos entrevistados, perguntando com que frequência eles ou as suas famílias ficaram sem necessidades básicas (comida suficiente, água suficiente, assistência médica, combustível suficiente para cozinhar e renda em dinheiro) durante o ano anterior. Para saber mais sobre a pobreza vivida, consulte Mattes (2020).

**Figura 2: Efeitos da COVID-19** | por grupos demográficos | Angola | 2022



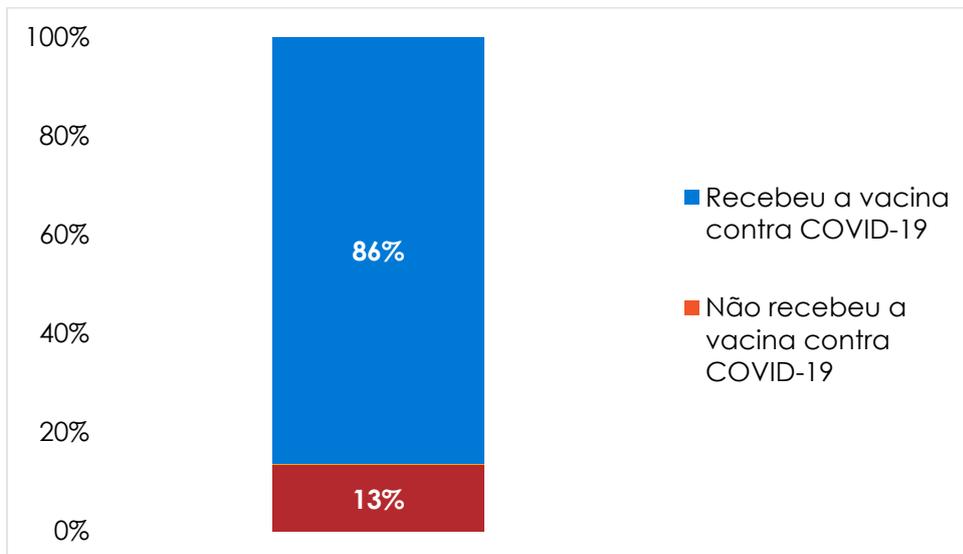
**Perguntas aos respondentes:** Diga-me, por favor, se você pessoalmente ou algum membro da sua família tem sido afectado das seguintes maneiras pela pandemia da COVID-19: Ficou doente com, ou testou positivo com COVID-19? Perdeu o emprego, o negócio ou a fonte primária de receitas de forma temporária ou permanente? (% que disse "sim")

### Atitudes sobre a vacinação

Quase nove em cada 10 (86%) angolanos adultos disseram ter recebido pelo menos uma dose de uma vacina contra a COVID-19 (Figura 3). Mais de metade dos restantes entrevistados disse que era "um pouco provável" (4%) ou "muito provável" (4%) tentar se vacinar, enquanto apenas um em 20 disse que era "muito improvável" (3%) ou "um pouco improvável" (2%) para fazê-lo (Figura 4).

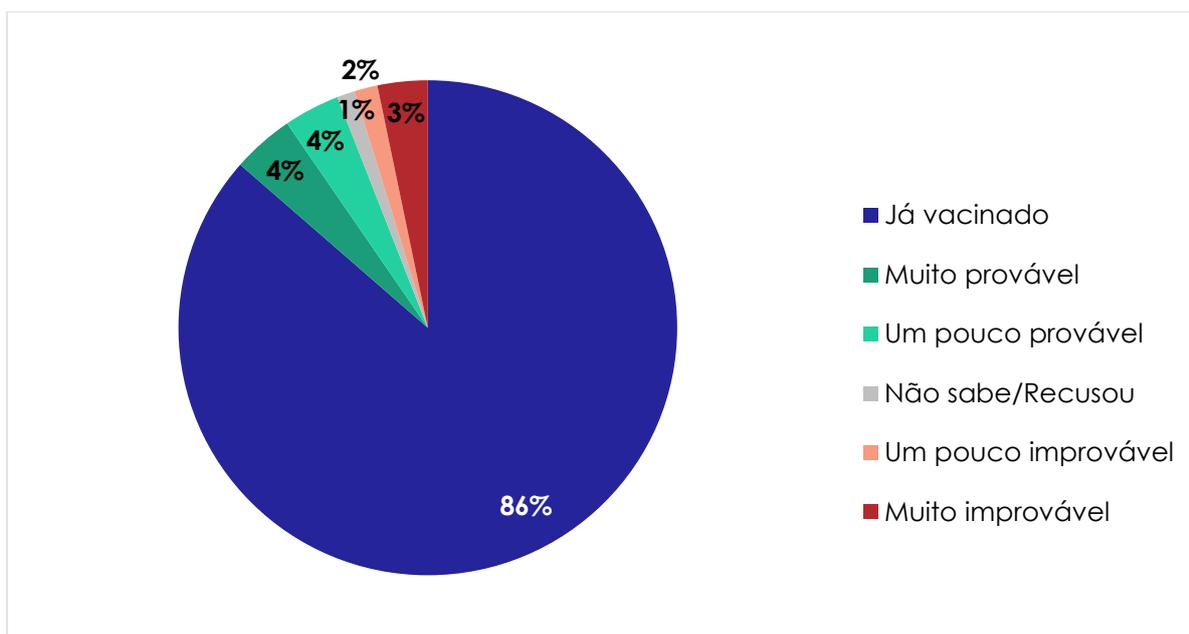
As altas taxas de vacinação autodeclaradas são reflexo da intensa campanha de vacinação levada a cabo pelas autoridades angolanas, tornando a vacinação obrigatória para os adultos e condicionou a entrada em locais de trabalho e outros estabelecimentos públicos mediante apresentação do comprovativo de vacina (Xinhuanet, 2021). Esta situação, talvez, tenha levado alguns adultos que não foram vacinados a ocultar a sua verdadeira condição.

**Figura 3: Recebeu vacina contra COVID-19 | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** *Você foi vacinado contra a COVID-19, quer seja uma ou duas doses?*

**Figura 4: Probabilidade de tentar apanhar a vacina | Angola | 2022**

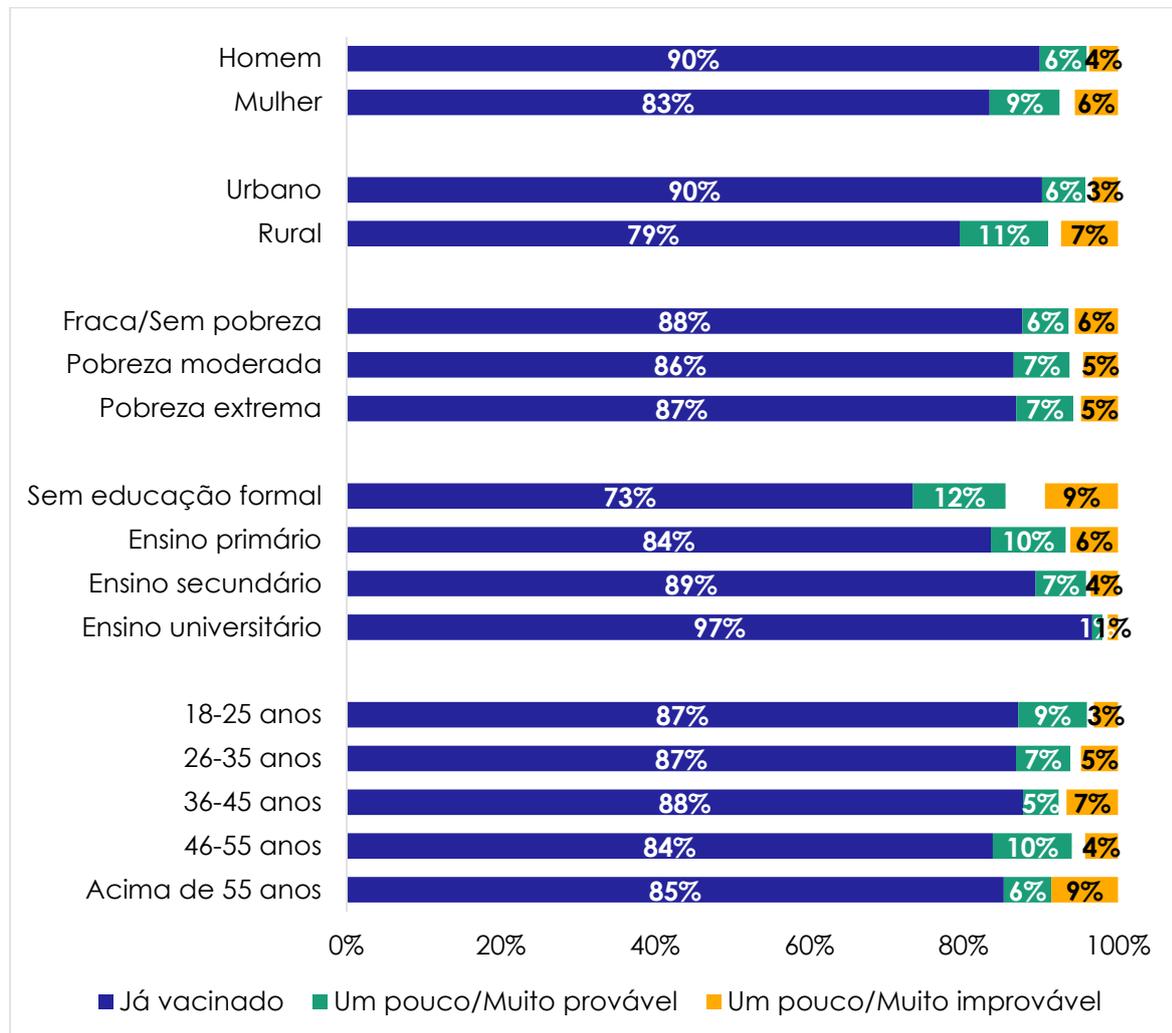


**Pergunta aos respondentes que não foram vacinados contra a COVID-19:** *Se a vacina contra a COVID-19 estiver disponível, qual a probabilidade de você tentar ser vacinado/a?*

As taxas de vacinação autodeclaradas foram maiores entre homens (90%) e residentes urbanos (90%) do que entre mulheres (83%) e residentes rurais (79%) (Figura 5). Elas aumentam acentuadamente com os níveis de escolaridade dos entrevistados, variando de 73% daqueles sem escolaridade formal a 97% daqueles com educação universitária.

A hesitação em vacinar (um pouco/muito improvável em tentar ser vacinado) foi bastante baixa nos principais grupos demográficos, chegando a 9% entre os entrevistados com mais de 55 anos e aqueles sem educação formal.

**Figura 5: Probabilidade de tentar apanhar a vacina** | por grupos demográficos  
 | Angola | 2022



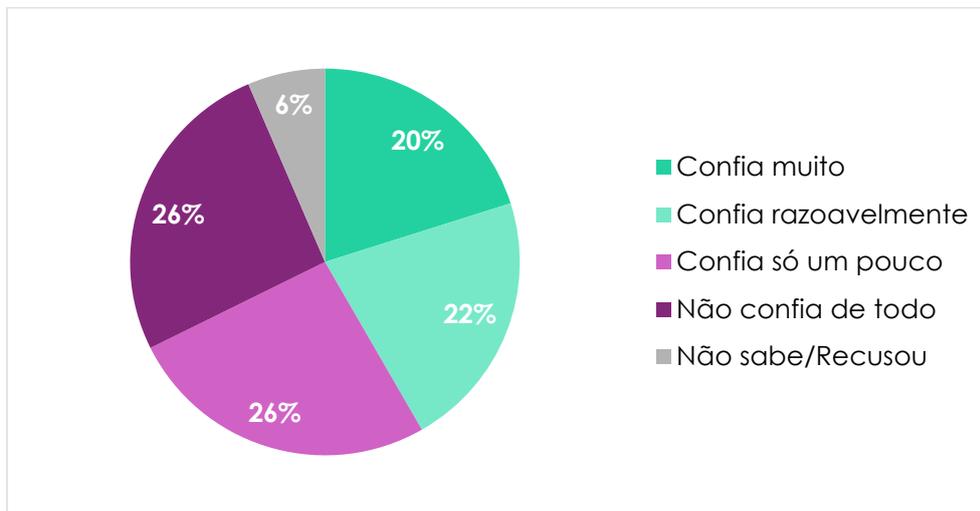
**Pergunta aos respondentes:** Se a vacina contra a COVID-19 estiver disponível, qual a probabilidade de você tentar ser vacinado/a?

Entre os cidadãos que disseram que provavelmente não seriam vacinados, o motivo mais citado foi a crença de que a COVID-19 não é real.

Embora a esmagadora maioria dos adultos angolanos tenha dito ter recebido uma vacina contra a COVID-19, menos de metade (42%) disse confiar "um pouco" ou "muito" na capacidade de o governo garantir vacinas seguras contra a COVID-19, enquanto a maioria disse confiar "só um pouco" (26%) ou "nada" (26%) (Figura 6).

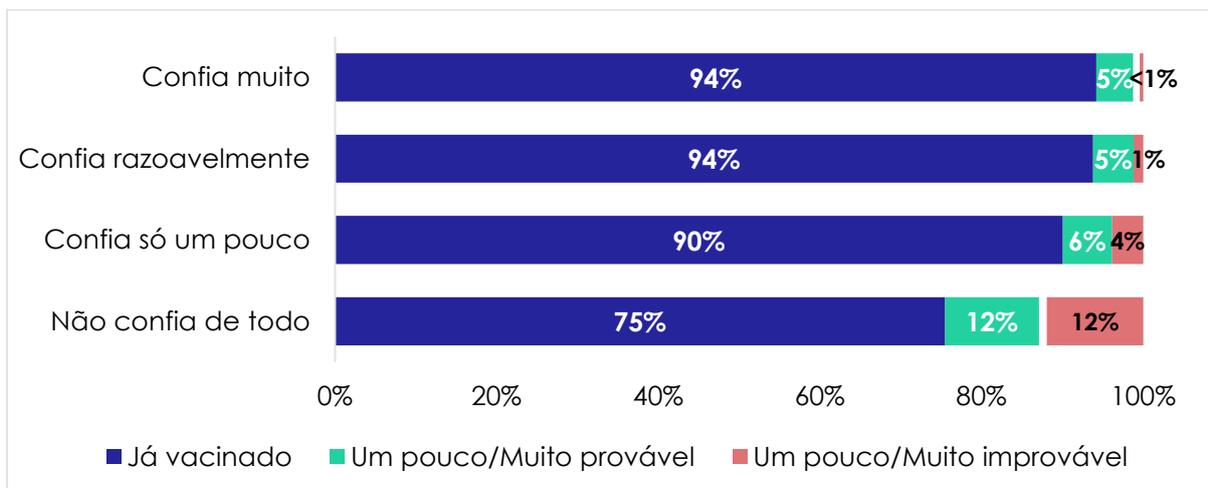
A disposição dos cidadãos em se vacinar contra a COVID-19 está correlacionada com a confiança na capacidade do governo de garantir vacinas seguras. Entre os que disseram confiar "um pouco" ou "muito" no governo, 94% disseram ter recebido a vacina, contra 75% dos que disseram não confiar nada no governo (Figura 7).

**Figura 6: Confiança na capacidade do governo de garantir vacinas seguras**  
 | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Quanto você confia que o governo garante que qualquer vacina contra a COVID-19, criada ou oferecida aos cidadãos angolanos, seja segura, antes de ser usada no país?

**Figura 7: Probabilidade de tentar apanhar a vacina** | pela confiança na capacidade do governo de garantir vacinas seguras | Angola | 2022



**Perguntas aos respondentes:**

Se a vacina contra a COVID-19 estiver disponível, qual a probabilidade de você tentar ser vacinado/a?

Quanto você confia que o governo garante que qualquer vacina contra a COVID-19, criada ou oferecida aos cidadãos angolanos, seja segura, antes de ser usada no país?

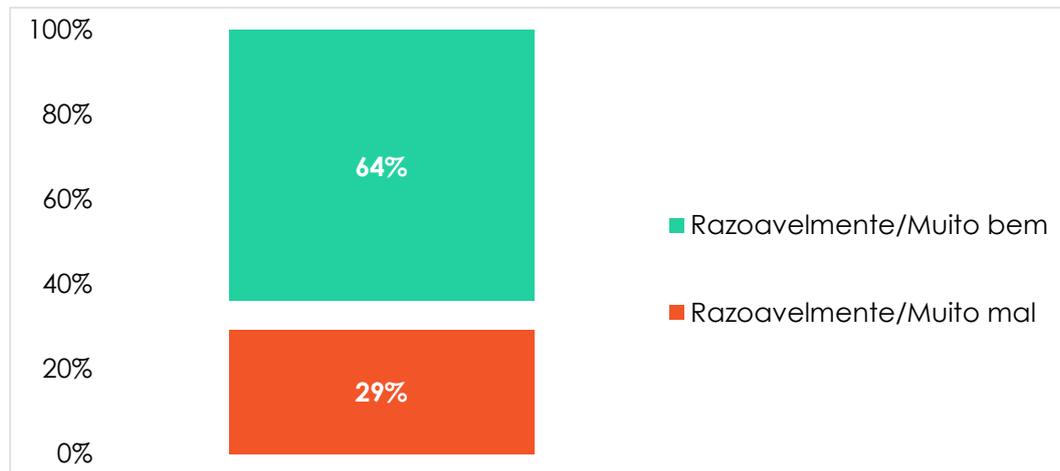
## A resposta do governo a COVID-19

Embora a confiança na capacidade do governo para garantir vacinas seguras fosse relativamente fraca, quase dois terços (64%) dos angolanos descreveram o desempenho geral do governo na gestão da resposta à pandemia de COVID-19 como “razoavelmente” ou “muito” bom, enquanto 29% disseram que fez um mau trabalho (Figura 8).

Contudo, nos aspectos específicos da resposta à COVID-19 as avaliações foram consideravelmente mais críticas (Figura 9). Menos de metade (48%) disse estar “razoavelmente satisfeito” ou “muito satisfeito” com os esforços do governo para garantir

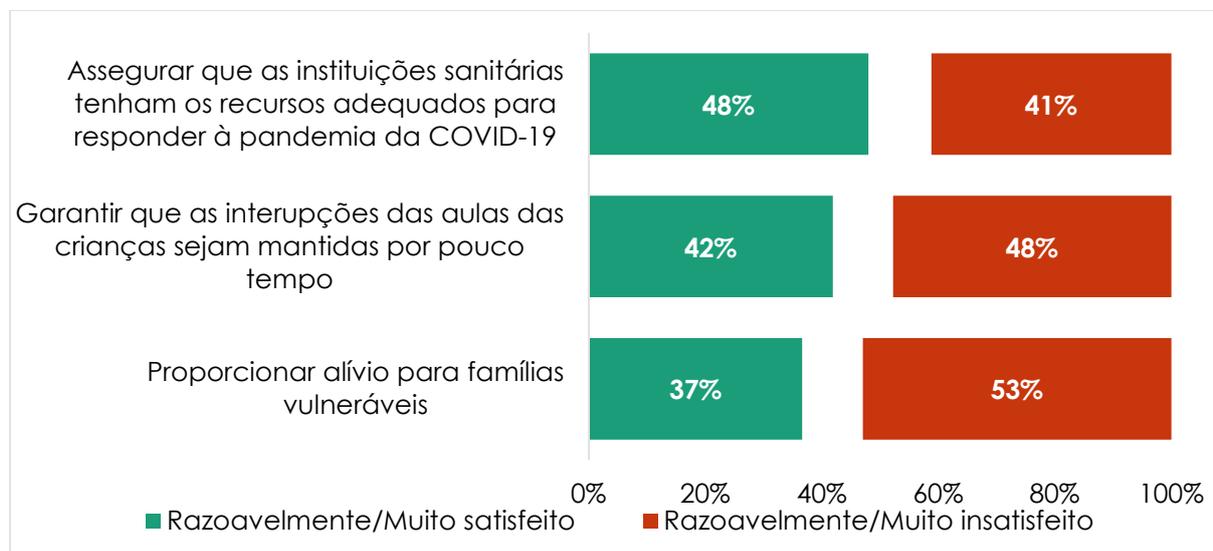
que as unidades de saúde tivessem os recursos adequados para lidar com a pandemia, e apenas 42% elogiaram a eficácia do governo em manter o tempo de duração das interrupções das aulas das crianças no mínimo possível. A maioria (53%) disse que estava “razoavelmente insatisfeita” ou “muito insatisfeita” com a prestação da assistência de emergência do governo as famílias vulneráveis.

**Figura 8: A resposta do governo à COVID-19 | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** O quão bem ou mal você diria que o presente governo tem conseguido responder a situação da pandemia da COVID-19?

**Figura 9: Satisfação com a resposta do governo à COVID-19 | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Qual o seu grau de satisfação ou insatisfação para com as respostas do governo a COVID-19, nas seguintes áreas?

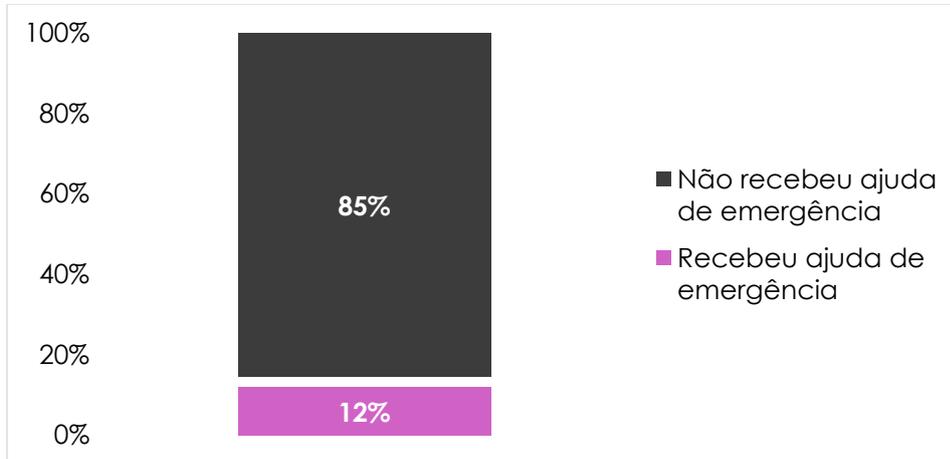
### Ajuda de emergência na pandemia da COVID-19

Cerca de um em cada oito angolanos (12%) reportou que os seus agregados familiares receberam assistência de emergência do governo para a COVID-19, enquanto 85% disseram que não (Figura 10).

As famílias rurais tinham duas vezes mais chances de se beneficiar da assistência do governo do que as das áreas urbanas (18% vs. 9%) (Figura 11). Os inquiridos sem educação formal (17%) eram mais propensos a relatar ter recebido assistência do que os seus

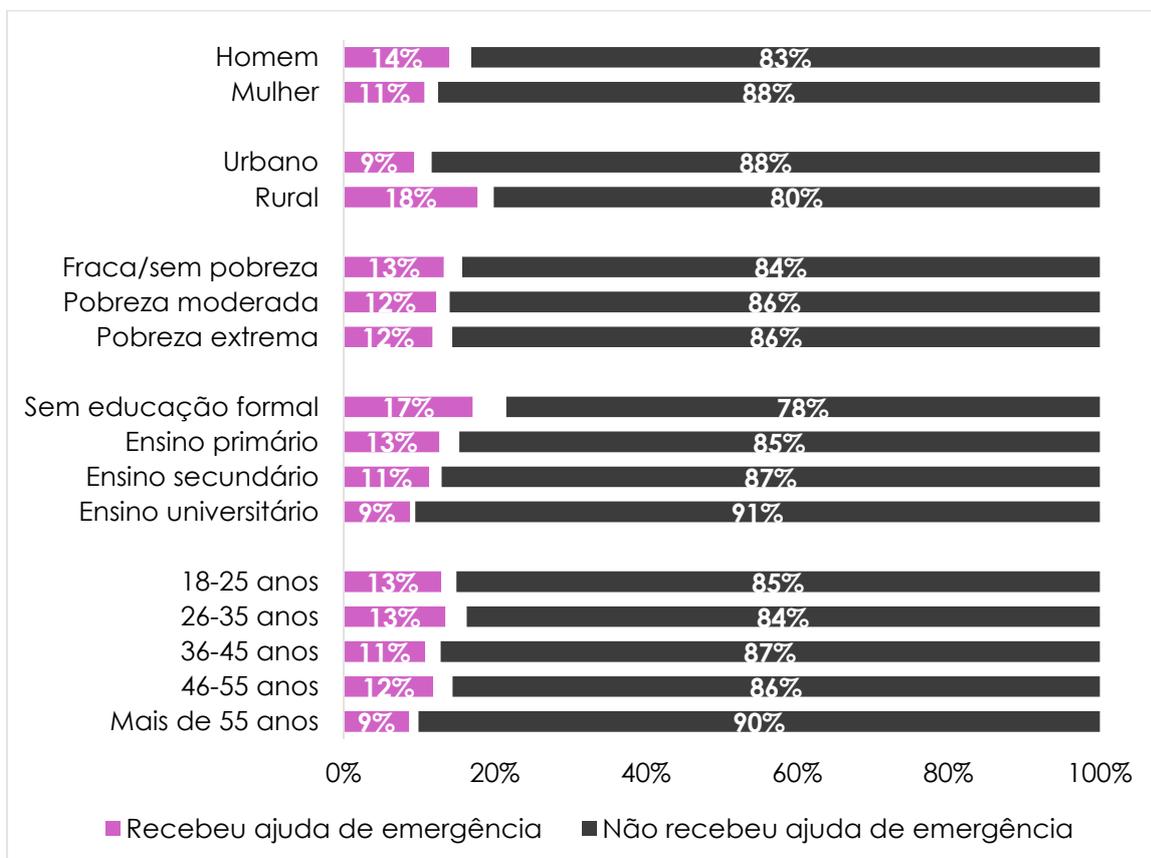
homólogos mais instruídos (9% -13%), mas o nível de pobreza vivida pelos cidadãos não fez diferença.

**Figura 10: Acesso à ajuda de emergência da COVID-19 | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Desde o início da pandemia da COVID-19, você ou a sua família recebeu alguma assistência do governo, tais como comida, pagamentos em dinheiro, alívio no pagamento de facturas, ou outro tipo de apoio que normalmente não recebiam antes da pandemia?

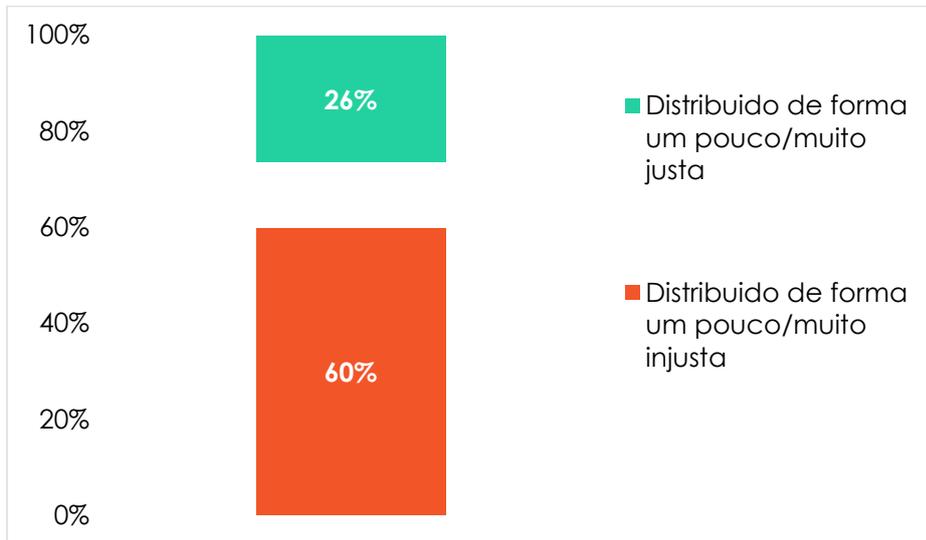
**Figura 11: Acesso à ajuda de emergência da COVID-19 | por grupos demográficos | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Desde o início da pandemia da COVID-19, você ou a sua família recebeu alguma assistência do governo, tais como comida, pagamentos em dinheiro, alívio no pagamento de facturas, ou outro tipo de apoio que normalmente não recebiam antes da pandemia?

Seis em cada 10 cidadãos (60%) disseram que a ajuda à COVID-19 foi distribuída de forma “um pouco injusta” ou “muito injusta”, havendo relatos de que parte da ajuda foi distribuída de acordo com a militância partidária (Amnistia Internacional, 2020). Apenas 26% descreveram a distribuição como justa (Figura 12).

**Figura 12: Durante a COVID-19, o apoio de emergência foi distribuído de forma justa?** | Angola | 2022

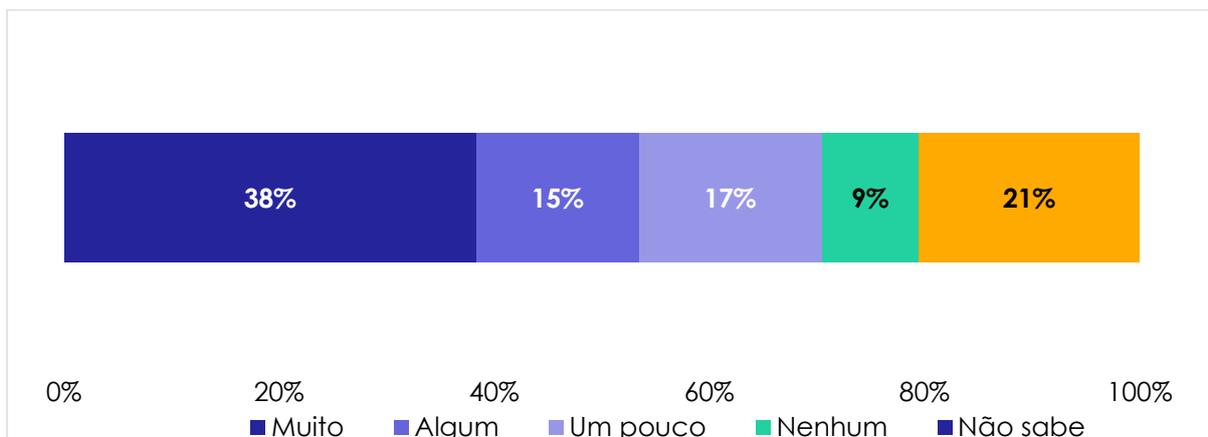


**Pergunta aos respondentes:** Você pensa que a distribuição do apoio do governo as pessoas durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, através de pacotes alimentares ou pagamentos em dinheiro, foi justa ou injusta?

### Corrupção à volta da gestão da COVID-19

Além de expressar insatisfação com a equidade da ajuda de emergência do governo, mais de metade (53%) dos angolanos disseram acreditar que “alguns” ou “muitos” dos recursos destinados à resposta a COVID-19 foram desviados pela corrupção. Apenas cerca de um em cada 10 (9%) pensou que nenhum desses recursos foi desviado (Figura 13).

**Figura 13: Percepção da corrupção na gestão da COVID-19** | Angola | 2022



**Pergunta aos respondentes:** Considerando todos os fundos e recursos que foram disponibilizados ao governo para combater e responder a pandemia da COVID-19, quanto você pensa que foi perdido ou roubado devido a corrupção?

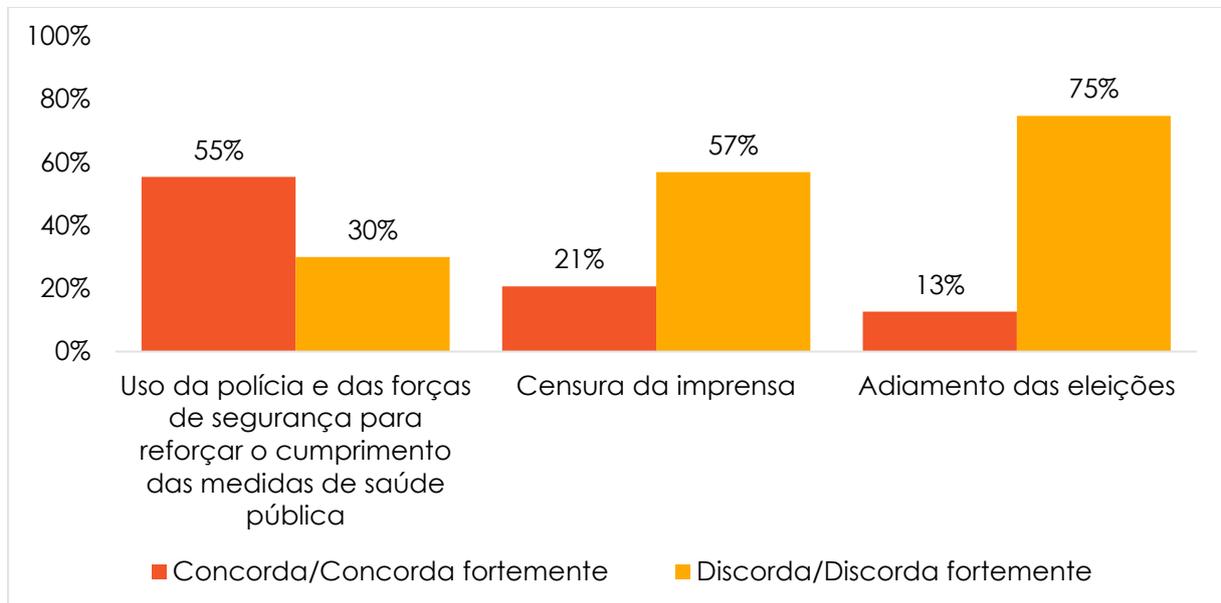
## Limites às liberdades democráticas durante a pandemia?

Em alguns países, os bloqueios e outras restrições relacionadas à pandemia levantaram questões sobre até que ponto os cidadãos estão dispostos a abrir mão de certas liberdades, mesmo que temporariamente, para proteger a saúde pública.

Em Angola, mais de metade (55%) dos cidadãos “concordaram” ou “concordaram fortemente” que se justificava o governo usar as forças armadas ou a polícia para fazer cumprir as medidas de saúde pública durante uma emergência como a pandemia (Figura 14).

Mas apenas uma pequena minoria considera aceitável censurar a imprensa (21%) ou adiar as eleições (13%) em resposta a uma emergência de saúde pública.

**Figura 14: Restrições das liberdades democráticas durante a emergência de saúde pública? | Angola | 2022**



**Perguntas aos respondentes:** Quando o país enfrenta uma emergência de saúde pública como a COVID-19, você concorda ou discorda que seja justificável o governo limitar a democracia ou liberdades democráticas temporariamente, através das seguintes medidas:

Censurar as reportagens da imprensa?

Usar a polícia e as forças de segurança para reforçar o cumprimento das medidas de saúde públicas, tais como restrições sobre os ajuntamentos ou uso obrigatório de máscaras faciais?

Adiar eleições?

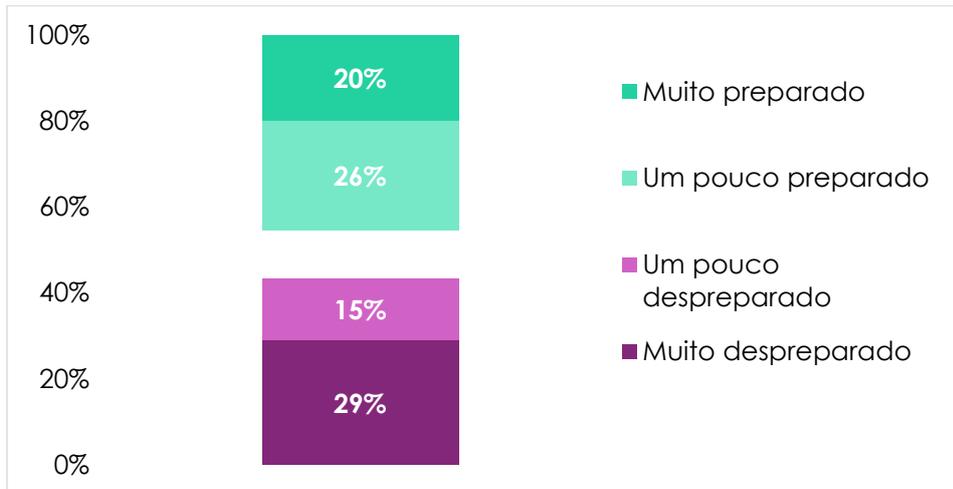
## Lições para o futuro

Depois de vivenciar a pandemia da COVID-19, quão preparado estará o governo de Angola para lidar com futuras emergências de saúde pública?

Os angolanos apresentaram opiniões divergentes sobre a preparação do seu governo (Figura 15). Quase metade (46%) estava otimista de que o governo estará preparado para a próxima crise de saúde pública, mas quase o mesmo número (44%) discordou.

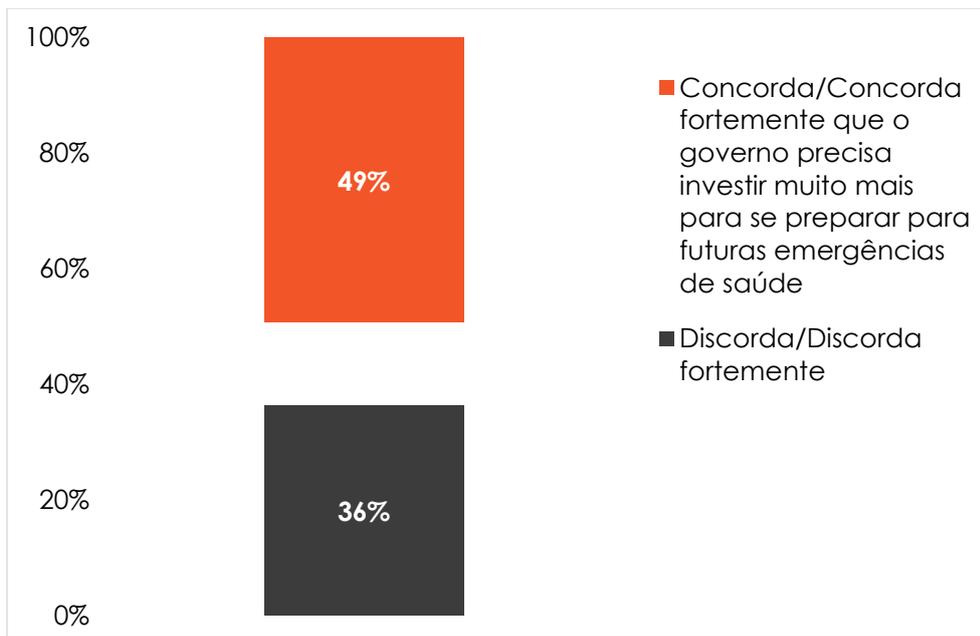
Em linha com estas opiniões contraditórias, metade (49%) dos angolanos “concordou” ou “concordou fortemente” que o governo precisa de investir mais na preparação para futuras emergências de saúde pública, mesmo que isso signifique menos recursos disponíveis para outros serviços de saúde (Figura 16).

**Figura 15: Prontidão para futuras emergências de saúde | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Depois de passar pela situação da pandemia da COVID-19 em Angola, até que ponto você pensa que o governo estará ou não preparado a lidar com futuras emergências de saúde pública?

**Figura 16: Investir mais para se preparar para futuras emergências de saúde? | Angola | 2022**



**Pergunta aos respondentes:** Você concorda ou discorda com a seguinte afirmação: O nosso governo precisa investir mais dos nossos recursos de saúde em preparações especiais para responder às emergências de saúde como a COVID-19, mesmo que isso signifique menos recursos disponíveis para outros serviços de saúde?

## Conclusão

No geral, os angolanos declaram-se satisfeitos com a forma como o governo lidou com a pandemia de COVID-19 e expressam pouca resistência à vacinação. Mas as suas respostas também apontam para áreas que exigem atenção, principalmente a prestação de assistência as famílias vulneráveis. A maioria dos cidadãos também acredita que a

corrupção reduziu os recursos disponíveis para enfrentar a pandemia e que o governo precisa investir mais nos preparativos para a próxima emergência de saúde pública.

---

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer  
– sobre qualquer questão, para qualquer país e  
ronda de inquérito. É fácil e gratuito em  
[www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

---

## Referências

- Amnistia Internacional. (2020). Covid-19: Response to the pandemic shows the partisanship of aid in countries like Angola. 10 maio.
- Hossi, S., & Anderson, L. (2020). Protests in Angola demand justice for Silvio Dala, a doctor who died in police custody. Global Voices. 30 setembro.
- Human Rights Watch. (2020). Angola events of 2020.
- IOL. (2021). Angola first country in southern and East Africa to receive vaccines via Covax initiative. 2 março.
- Mattes, R. (2020). Lived poverty on the rise: Decade of living-standard gains ends in Africa. Afrobarometer Documento de Política No. 62.
- Organização Mundial da Saúde. (2023). Angola.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). (2021). Economic and social impact and effect of covid-19 in Angola 2021.
- Xinhuanet. (2021). Angola declares COVID-19 vaccination mandatory for adults. 1 outubro.

**Tosin Salau** é analista de dados da Afrobarometer e estudante de doutorado no Departamento de Ciência Política da Michigan State University. Email: [salaulobol@msu.edu](mailto:salaulobol@msu.edu).

**David Boio** é sociólogo, co-investigador principal da Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública e investigador do Centro Sol Nascente do Huambo. E-mail: [davidboio@gmail.com](mailto:davidboio@gmail.com).

Afrobarometer, uma entidade sem fins lucrativos com sede em Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e não-partidária. A coordenação regional de parceiros nacionais em cerca de 35 países é assegurada pelo Center for Democratic Development (CDD) no Gana, pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul, e Institute for Development Studies (IDS) da Universidade de Nairobi, no Quênia. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional; da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); do Instituto da Paz dos Estados Unidos; das Fundações Mo Ibrahim, Open Society - Africa, Bill & Melinda Gates, William and Flora Hewlett, e Mastercard; da União Europeia; do National Endowment for Democracy; da Agência Japonesa para Cooperação Internacional; da Universidade de California San Diego; do Global Center for Pluralism; do Banco Mundial; da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda; e do GIZ.

As doações ajudam a Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor considere fazer uma contribuição (em [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org)) ou contactar Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)) para discutir o financiamento institucional.

Para mais informações, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).

Segue as nossas publicações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 595 | 24 de janeiro de 2023